

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.**

Entre

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.,
como Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

HIDROTÉRMICA S.A.,
na qualidade de interveniente anuente

e

BOLOGNESI S.A.,
na qualidade de interveniente anuente

Datado de
25 de outubro de 2013

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A." ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

Termelétrica Pernambuco III S.A., sociedade por ações, em fase de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenho D'Água, s/nº, Lote 666, CEP 53670-000, Pau Ferro - Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.502.676/0001-37, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente, como "Parte";

III. e ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

Hidrotérmica S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.058.238/0001-17, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Hidrotérmica"); e

Bolognesi Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Av. Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis, CEP 90520-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.664.185/0001-55, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Bolognesi" e, em conjunto com a Hidrotérmica, "Garantidoras").

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão e a Oferta (conforme definidos abaixo) serão realizadas de acordo com as seguintes autorizações:

(i) assembleia geral extraordinária da Emissora, realizada em 25 de outubro de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberadas, entre outros temas, as condições da Emissão, bem como as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

(ii) assembleia geral extraordinária da Hidrotérmica, realizada em 24 de outubro de 2013, na qual foi aprovada alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Hidrotérmica, representativas de 22,70% (vinte e dois inteiros e setenta centésimos por cento), ou seja, 5.939.000 (cinco milhões, novecentas e tinta e nove mil) ações ordinárias de emissão da Companhia ("AGE Hidrotérmica"); e

(iii) assembleia geral extraordinária da Bolognesi, realizada em 24 de outubro de 2013, na qual foi aprovada alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Bolognesi, representativas de 77,30% (setenta e sete inteiros e trinta centésimos por cento), ou seja, 20.223.996 (vinte milhões, duzentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia ("AGE Bolognesi") e, em conjunto com a AGE Hidrotérmica "AGE Garantidoras").

2. REQUISITOS

2.1. A 1ª (primeira) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública pela Emissora ("Emissão"), e a Oferta (conforme abaixo definido) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- (i) *arquivamento e publicação da ata da AGE.* A ata da AGE será publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco ("DOEPE") e no jornal "Valor Econômico", e arquivada na JUCEPE, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) *arquivamento e publicação da AGE Garantidoras.* A AGE Garantidoras deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal "Jornal do Comércio" e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
- (iii) *Inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCEPE, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), de modo a especificar a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definida) ("Aditamento"). A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEPE, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros;
- (iv) *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPA FIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures;
- (v) *registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* Antes da realização da Oferta, a Emissora obterá o registro de companhia aberta, Categoria B, nos termos do artigo 2º, §2º da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");
- (vi) *registro da Oferta na CVM.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública

("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e a Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

(vii) *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*. A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, nos termos do artigo 25 do "*Código ANBIMA de Regulação de Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários*" ("Código ANBIMA"); e

(viii) *Portaria do Ministério de Minas e Energia*. Os Projetos de Investimento (conforme abaixo definido) foram classificados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 187, de 06 de junho de 2013, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e do Decreto n.º 7.603, de 9 de novembro de 2011 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia, nº 47, de 6 de fevereiro de 2012 ("Lei 12.431/2011", "Decreto 7.603/2011" e "Portaria do Ministério de Minas e Energia", respectivamente).

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a participação em sociedades cujo objeto inclua (i) a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo usinas de geração de energia termoeletrica a partir de biomassa, óleo combustível e/ou gás natural, (ii) a comercialização da energia elétrica gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão utilizados (a) para o pagamento de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da Caixa Econômica Federal – CEF e duas Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Itaú BBA S.A. em 18 de janeiro de 2013, 22 de março de 2013 e 28 de agosto de 2013, respectivamente, no montante total de R\$ 313.000.0000,00 (trezentos e treze milhões de reais) ("CCBs"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das CCBs foram destinados, exclusivamente, à implementação e desenvolvimento do projeto de

investimento da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco ("UTE Pernambuco III") e (b) para o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da data de liquidação da Oferta e relacionados ao Projeto de Investimento (conforme abaixo definido), nos termos da Lei 12.431/2011.

4.2. A UTE Pernambuco III é um projeto de geração de energia de fonte térmica, com 200.790 Kw de potência instalada, cujo tipo de combustível é o Óleo Combustível OCB1. O ato de autorização para a Emissora explorar as atividades da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Pernambuco III, por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("Poder Concedente" e "Autorização", respectivamente).

4.3. A energia gerada pelo projeto UTE Pernambuco III foi vendida no leilão A-5/2008 – promovido pela ANEEL, estabelecendo um ICB de R\$ 144,7/MWh. ("Projetos de Investimento").

4.4. Foi considerado prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431/2011 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia, a utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos da Oferta para o pagamento das CCBs e investimentos futuros nos Projetos de Investimento, de modo que as Debêntures se enquadram ao disposto na Lei 12.431/2011.

4.5. A implementação dos Projetos de Investimento já está em curso, encontrando-se em fase intermediária, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2013.

A totalidade dos recursos financeiros necessários aos Projetos de Investimento é de, aproximadamente, R\$ 400.200.000,00 (quatrocentos milhões e duzentos mil reais) sendo que o montante equivalente a R\$ 128.688.000,00 (cento e vinte e oito milhões e seiscentos e oitenta e oito mil reais) foi aportado pelos acionistas da Emissora por meio de aumento de capital social. A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures deve representar aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) das necessidades de recursos financeiros dos Projetos de Investimento, caso seja emitida a totalidade das Debêntures.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. *Colocação e Procedimento de Distribuição.* A Oferta será realizada nos termos da

Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de colocação para todas as Séries (conforme abaixo definido), no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da 1ª (primeira) Emissão da Termelétrica Pernambuco III S.A." ("Contrato de Distribuição"). O Coordenador Líder adotará o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Procedimento de Bookbuilding"), observadas as disposições constantes no Contrato de Distribuição e descritas nos prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo" e em conjunto com Prospecto Preliminar "Prospectos").

5.1.1. Caso não haja demanda suficiente de investidores para as Debêntures de todas as Séries (conforme abaixo definido) até atingir o Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido), o Coordenador Líder realizará a subscrição e integralização das Debêntures até o limite da garantia firme prevista na Cláusula 5.1 acima.

5.2. *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e/ou do DDA, conforme o caso.

5.3. *Forma de Integralização e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme abaixo definido) até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

5.4. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário utilizando-se os procedimentos do CETIP 21 e/ou do BOVESPAFIX, conforme o caso.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas, 300.000 (trezentas mil) Debêntures, observado que: (i) a primeira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) a segunda série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série"); (iii) a terceira série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Terceira Série"); e (iv) a quarta série será composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures ("Debêntures da Quarta Série" e, quando em conjunto com Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série, doravante denominadas Debêntures, conforme acima definido).

6.4. *Séries.* A Emissão será realizada em 4 (quatro) séries ("Primeira Série", "Segunda Série", "Terceira Série" e "Quarta Série", e, quando em conjunto designadas "Séries").

6.5. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.6. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme abaixo definido), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e/ou (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, por extrato expedido pela BM&FBOVESPA em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7. *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

6.8. *Banco Liquidante da Emissão.* A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre

Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante da Emissão").

6.9. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

6.10. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, conforme disposto nas Cláusulas 6.26 e 6.27 abaixo, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

6.11. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de novembro de 2013 ("Data de Emissão").

6.12. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, ressalvada a hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o prazo de vencimento de cada Série será o que segue:

6.12.1. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série").

6.12.2. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 3 (três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série").

6.12.3. As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série").

6.12.4. As Debêntures da Quarta Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos e 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2025 ("Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, com a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série e com a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, "Datas de Vencimento das Debêntures").

6.13. *Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:* As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado

anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado das Debêntures"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização monetária, sendo "n" um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
- Dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário das Debêntures, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro; e
- Dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (ii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iii) Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro Dia Útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja Dia Útil;
- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos do ativo em questão;
- (v) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vi) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e
- (vii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

6.13.1. Caso, se até a data de aniversário das Debêntures, o NI_k não tenha sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo,

porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

6.13.1.1. *Indisponibilidade do IPCA.* Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A assembleia geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.13.1.2. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturistas, a referida assembleia geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.

6.13.1.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, devendo a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

(i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de

Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) devido até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou das respectivas Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

(ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação para cada Série, não excedendo a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização em cada caso. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em assembleia geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 9 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

6.14. Amortização.

6.14.1. *Debêntures da Primeira Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de novembro 2014	26,5000%
15 de novembro 2015	3,5000%
15 de novembro 2016	6,0000%
15 de novembro 2017	5,0000%

15 de novembro 2018	6,0000%
15 de novembro 2019	7,5000%
15 de novembro 2020	8,5000%
15 de novembro 2021	8,0000%
15 de novembro 2022	8,0000%
15 de novembro 2023	8,0000%
15 de novembro 2024	8,0000%
15 de novembro 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

6.14.1.1. *Debêntures da Segunda Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de fevereiro 2015	3,0000%
15 de fevereiro 2016	7,5000%
15 de fevereiro 2017	8,0000%
15 de fevereiro 2018	8,5000%
15 de fevereiro 2019	7,5000%
15 de fevereiro 2020	9,5000%
15 de fevereiro 2021	10,5000%
15 de fevereiro 2022	11,0000%
15 de fevereiro 2023	12,0000%
15 de fevereiro 2024	10,5000%
15 de fevereiro de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

6.14.1.2. *Debêntures da Terceira Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i)

resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de maio 2015	3,0000%
15 de maio 2016	7,5000%
15 de maio 2017	8,0000%
15 de maio 2018	8,5000%
15 de maio 2019	7,5000%
15 de maio 2020	9,5000%
15 de maio 2021	10,5000%
15 de maio 2022	11,0000%
15 de maio 2023	12,0000%
15 de maio 2024	10,5000%
15 de maio de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

6.14.1.3. *Debêntures da Quarta Série:* O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série será amortizado anualmente ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, conforme a tabela abaixo, ressalvada as hipóteses de (i) resgate, nos termos da Cláusula 6.13.1.3 (i) acima; (ii) Oferta de Resgate Antecipado; e/ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Série:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a Ser Amortizado
15 de agosto 2015	3,0000%
15 de agosto 2016	7,5000%
15 de agosto 2017	8,0000%
15 de agosto 2018	8,5000%
15 de agosto 2019	7,5000%
15 de agosto 2020	9,5000%
15 de agosto 2021	10,5000%
15 de agosto 2022	11,0000%
15 de agosto 2023	12,0000%
15 de agosto 2024	10,5000%

15 de agosto 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado
-------------------	---

6.15. Remuneração.

6.15.1. *Remuneração das Debêntures.* As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 355 (trezentos e cinquenta e cinco) pontos base ao ano, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 08/2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo ("Remuneração").

6.15.1.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão apurados na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e serão divulgados nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

6.15.1.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento. "Período de Capitalização" significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures de cada Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures de cada Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. Cada Período

de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Datas de Vencimento das Debêntures;

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.15.2. *Pagamento da Remuneração.*

6.15.2.1. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.15.2.2. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Segunda Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Segunda Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.15.2.3. A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Terceira Série aqueles que

forem titulares de Debêntures da Terceira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.15.2.4. A Remuneração das Debêntures da Quarta Série será paga anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série, "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Quarta Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Quarta Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.16. *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.17. *Resgate Antecipado Obrigatório.* Não haverá resgate antecipado obrigatório. Contudo, as Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE, nos termos da Cláusula 6.13.1.1.

6.18. *Oferta de Resgate Antecipado Total*

6.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão nos termos do artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011, realizar, mediante deliberação do Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Debêntures Alvo"), endereçada a todos os Debenturistas ("Debenturistas Alvo"), sendo assegurado a todos os Debenturistas Alvo igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por ele detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 6.28 desta Escritura de Emissão, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (b) a forma de manifestação dos Debenturistas Alvo que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures Alvo e de pagamento aos Debenturistas Alvo; e (d) demais informações necessárias;

(ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas Alvo que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA. Ao final deste prazo, a Emissora terá 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data;

(iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas Alvo, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que este percentual deverá ser divulgado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

6.18.2. O valor do Resgate Antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Alvo, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas Alvo, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo, conforme fórmula abaixo:

$$PU_{\text{resgate}} = VNe + (\text{Prêmio} * VNe)$$

onde:

PU_{resgate} = Valor Unitário do Resgate Antecipado;

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado;

Prêmio = a ser divulgado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, se o caso.

6.18.3. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na data do Resgate Antecipado, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no CETIP 21, ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, ou mediante depósito nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas Alvo, a ser realizada pelo Escriturador Mandatário para aquelas Debêntures Alvo que não estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, sendo certo que todas as Debêntures Alvo objeto de resgate serão liquidadas em uma única data. As Debêntures Alvo objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora, observada a

regulamentação em vigor.

6.19. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, depois de decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir as Debêntures em circulação, nos termos do Artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011.

6.19.1. Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir as Debêntures em circulação, desde que observados os termos no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário da respectiva Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme o caso.

6.19.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.19, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

6.20. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.21. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.22. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco

Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

6.23. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com (i) sábado, domingo ou feriado nacional para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP; e (ii) sábado, domingo, feriado nacional, feriado municipal na Cidade de São Paulo ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA, para os pagamentos que devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA. Portanto, para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, exceto quando em relação a pagamentos a serem realizados por meio da BM&FBOVESPA, quando deverão ser também excluídas as datas correspondentes a feriado municipal na Cidade de São Paulo que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.

6.24. *Tratamento Tributário das Debêntures*

6.24.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431/2011 e, conseqüentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.

6.24.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431/2011, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, que será avaliada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário e poderá ser julgada apropriada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.25. *Vencimento Antecipado*

6.25.1. *Vencimento Antecipado Automático.* O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada evento, um "Evento de Inadimplemento Automático"):

- I. pedido, por parte da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou, se a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, se a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras formular pedido de autofalência;
- II. liquidação, dissolução, extinção, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal, deferimento ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras;
- III. falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) (conjuntamente, "Contratos da Oferta") não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- IV. pagamento de dividendos, lucros ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias e Índices Financeiros (conforme abaixo definido) estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. inadimplemento ou não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer

obrigações financeiras, com instituições financeiras, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pela Emissora; e (b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) pelas Garantidoras;

VI. declaração de vencimento antecipado de obrigações financeiras ou incorridas no mercado de capitais, no mercado local ou internacional, que individualmente ou em conjunto seja igual ou superior a (a) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em relação à Emissora; e (b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em relação às Garantidoras;

VII. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, cujos efeitos não tenham sido suspensos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados de sua ciência, sentença arbitral definitiva de natureza condenatória ou sentença judicial transitada em julgado contra (a) a Emissora, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e (b) as Garantidoras, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

VIII. ocorrência de alteração societária relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, ou incorporação da Emissora (incluindo incorporações de ações), sem anuência prévia dos titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e com exceção da hipótese de alteração no controle acionário direto da Emissora, por meio de conferência das ações da Emissora detidas pelas Garantidoras ao capital social de sociedade que deterá a totalidade do capital social da Emissora ("Nova Controladora da Emissora"), passando as Garantidoras a serem controladoras indiretas da Emissora, e controladoras diretas da Nova Controladora da Emissora.

IX. redução de capital social da Emissora sem anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme previsto no artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;

X. se ocorrer qualquer mudança no controle acionário da Emissora, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção das alterações em decorrência de mudança no controle acionário direto da Emissora, por meio de conferência das ações da Emissora detidas pelas Garantidoras ao capital social da Nova Controladora da Emissora, passando as Garantidoras a ser controladoras indiretas da Emissora, e controladoras diretas da Sociedade Controladora da Emissora.

XI. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

XII. se a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre suas propriedades, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão de suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, que, a critério de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, possa afetar as atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou as Garantias, excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis ou de decisão administrativa no contexto dos Projetos de Investimento; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas na Autorização do Poder Concedente; (iii) onerações constituídas na parcela variável da receita de vendas de energia ou (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;

XIII. a Emissora (i) conceder empréstimos ou financiamentos a terceiros de qualquer montante, assim não entendidos adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios da Emissora, exceto a concessão de Mútuos Permitidos, conforme abaixo definido; ou (ii) tomar mútuos, empréstimos ou adiantamentos de quaisquer instituições financeiras ou sociedades do seu grupo econômico que, durante o prazo da presente Emissão, impliquem endividamento global da Emissora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto pelos Endividamentos Permitidos, conforme abaixo definido;

XIV. caso a Emissora preste fiança ou assuma outras obrigações financeiras em benefício de terceiros, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

XV. decisão arbitral final ou sentença transitado em julgado declarando a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Contratos da Oferta;

XVI. cancelamento, suspensão, revogação ou extinção, por qualquer motivo, da Autorização, exceto se, dentro do prazo de 15 Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que houve decisão favorável à reversão do cancelamento, suspensão, revogação ou extinção ou obteve medida liminar suspendendo-o;

XVII. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela

Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta; e

XVIII. caso a Emissora não entre em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, no prazo de 11 (onze) meses, a contar da Data de Emissão das Debêntures.

6.25.1.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver conhecimento, para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

6.25.1.2. Para fins do disposto no item XIII, desta Cláusula 6.25.1, são considerados: (a) "Mútuos Permitidos" os mútuos realizados pela Emissora em favor de suas controladas e sociedades sob controle comum, sendo que os Mútuos Permitidos deverão ser realizados: (i) em parâmetros de mercado e sempre denominados em reais; (ii) em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/2008 da ANEEL ou com o ato normativo superveniente que vier a alterá-la ou revogá-la; (iii) somente quando o último ICSD (conforme abaixo definido) calculado for igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos); e (iv) somente quando o último ICSD-Mútuo (conforme abaixo definido) calculado for igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos); e (b) "Endividamentos Permitidos" os mútuos, empréstimos ou adiantamentos tomados pela Emissora com a finalidade exclusiva de financiar a aquisição de combustível em quantidade necessária para atender à demanda despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, durante o prazo da presente Emissão.

6.25.1.3. Para fins da Cláusula 6.25.1, os valores apresentados em reais serão reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

6.25.1.4. As referências a "controle" encontradas nesta Escritura de Emissão deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

6.25.2. *Vencimento Antecipado Não Automático.* Observado ao disposto nas Cláusulas 6.25.2.2, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas, no prazo

de 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures (cada evento, um "Evento de Inadimplemento Não Automático" e, quando em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os "Eventos de Inadimplemento"):

I. falta de cumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, conforme o caso, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Contratos da Oferta, em especial ao Contrato de Administração de Contas (conforme abaixo definido), exceto aquelas previstas no item III da Cláusula 6.25.1. acima, que não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias, contados de notificação neste sentido;

II. protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e contra qualquer das Garantidoras, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), sendo certo que tais medidas deverão ser informadas ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da ocorrência do protesto, seu cancelamento ou sustação;

III. resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes, com exceção do Contrato de Operação e Manutenção que observará o item (IV) abaixo e o Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível que observará o item (V) abaixo, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que houve (i) decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas nos respectivos Contratos Relevantes, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução dos Contratos Relevantes, ou (ii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

IV. resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato

e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida alteração; ou (ii) a Emissora desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Operação e Manutenção, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Operação e Manutenção, ou (iv) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos; ou (v) houve renovação do respectivo contrato, desde que os gastos anuais de tal contrato não sejam superiores ao valor estabelecido no Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, novo contrato e eventuais aditamentos que comprovarão os custos incorridos em decorrência da referida renovação;

V. resilição, término, declaração de vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que (i) houve substituição do respectivo contrato, por meio de celebração de contrato equivalente com contraparte com a mesma reputação do atual prestador de serviços; ou (ii) a Emissora desenvolverá as atividades estabelecidas no referido contrato; ou (iii) houve decisão, judicial ou acordo entre as partes envolvidas no Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, favorável à reversão do vencimento antecipado, cancelamento, ou qualquer forma de resolução do Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível, ou (iii) obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

VI. caso as declarações feitas pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos da Oferta provarem-se falsas, enganosas ou, em qualquer aspecto relevante incorretas, sendo que exclusivamente para os casos de incorreção a Emissora terá prazo de até 30 (trinta) dias contatos da data em que tiver ciência da incorreção para saná-la;

VII. sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, confisco dos bens da Emissora, ou qualquer outra medida final de qualquer entidade governamental brasileira neste sentido, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Emissora comprove que obteve medida liminar suspendendo qualquer desses eventos;

VIII. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que resulte em alteração do atual setor de atuação da Emissora, sem anuência prévia dos

titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

IX. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora e/ou suas controladoras e/ou controladas, conforme o caso, comprovarem a existência de (a) protocolo do pedido da respectiva licença, concessão ou alvará, ou do pedido de renovação da mesma licença, ou (b) provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, concessão ou alvará;

X. a decretação de intervenção pelo Poder Concedente, tendo por objeto o término da Autorização, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos, ou seja, revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do decreto ou ato normativo de natureza similar do Poder Concedente declarando a intervenção;

XI. autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes ou não tenham sido sanada, observados os prazos legais, de valor individual ou agregado superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

XII. se a Emissora alienar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo cujo valor de venda individual ou em conjunto seja superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

XIII. celebração pela Emissora de contratos, acordos, convênios e quaisquer outros compromissos, exceto (a) em relação aos contratos firmados para prestação de serviços operacionais, observado o disposto no item IV desta Cláusula 6.25.2, com empresas de seu grupo econômico e/ou com qualquer de seus acionistas (diretos ou indiretos) e; (b) os Mútuos Permitidos;

XIV. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela prevista na Cláusula 4 acima e nos Prospectos;

XV. não manutenção dos recursos mínimos exigidos nas Contas Reserva, nos termos do

Contrato de Administração de Contas (conforme abaixo definido);

XVI. não manutenção de linha de crédito aberta (*standby*) em Banco de Primeira Linha (conforme abaixo definido), destinada exclusivamente à aquisição de combustível, com prazo mínimo de 12 (doze) meses e saldo mínimo calculado de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 7.1. inciso XXVII abaixo:

$$SB = \text{Montante} \times FC \times R\$/US\$ \times (\text{Platts} + \text{Prêmio}) / (1 - 9.25\%)$$

Onde:

SB: refere-se ao saldo mínimo da linha de crédito aberta a ser mantido

Montante: montante mínimo de combustível, equivalente a 50.000 (cinquenta mil) toneladas.

FC: refere-se ao valor de conversão barril/toneladas, equivalente a 6,35 (seis inteiros e trinta e cinco centésimos).

R\$/US\$: refere-se à cotação spot R\$/US\$ conforme divulgado no Sisbacen – Sistema de Apuração do Banco Central do Brasil, transação PTAX 800, opção 5.

Platts: correspondente ao preço do barril de óleo combustível nº 6 - 1% Enxofre, conforme cotado por Platts Waterborne USGC 1%.

Prêmio: refere-se ao valor de US\$6,55/barril.

XVII. caso a Emissora não observe os termos e condições do Contrato de Administração de Contas; e

XVIII. não observância pela Emissora, em cada ano de apuração, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), sem caixa acumulado, igual ou superior 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nas informações publicadas nas Demonstrações Financeiras Anuais auditadas da Emissora, a partir da publicação das Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros").

6.25.2.1. Para fins do disposto no item XVIII da Cláusula 6.25.2., conforme rubricas a serem divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes, considera-se como "ICSD", o resultado da seguinte equação:

ICSD = A/B, onde

A – geração de caixa da Atividade

- (+) LAJIDA (EBITDA)
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social
- (-) Variação da Necessidade de Capital de Giro

B – Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível
- (+) Pagamento de Juros de todos os financiamentos da Emissora com exceção daqueles destinados exclusivamente à capital de giro para compra de combustível

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo indicados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) Financeira Líquida;
- (+) Provisão para Imposto de Renda e Contribuições Sociais;
- (+) Depreciação e Amortizações;
- (+) Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas;
- (+) Gastos com mão de obra e peças junto a Wartsila Brasil Ltda. referentes a *overhaul* conforme previsto no Contrato de Operação e Manutenção, e que transitem pelos demonstrativos de resultado da Emissora.

Para fins do disposto na Cláusula 6.25.1.2, conforme rubricas a serem divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes, considera-se como "ICSD-Mútuo", o resultado da seguinte equação:

$$\text{ICSD-Mútuo} = (A + \text{"Caixa Disponível"}) / (B + \text{"Mútuos Permitidos"})$$
, onde:

A: Geração de caixa da Atividade, conforme definido acima;

B: Serviço de Dívida, conforme definido acima;

Caixa Disponível: Saldo da conta Caixa e Disponibilidades no início do período em questão, sendo certo que para o cálculo do "Caixa Disponível" deverão ser subtraídos os saldos das Contas Reservas e do financiamento de curto prazo referente à compra de combustível e acrescido o saldo da conta Estoque de Combustível;

Mútuos Permitidos: conforme definido na Cláusula 6.25.1.2;

6.25.2.1.1. Para fins do disposto na Cláusula 6.25.2.1, considera-se como: (a) "Necessidade de Capital de Giro" a diferença entre (i) Ativo Circulante deduzido do "Caixa e Disponibilidades", do "Estoque de Combustível" e do "Contas a Receber" referente à receita variável e (ii) Passivo Circulante deduzido dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e do contas a pagar referente ao combustível; e (b) "Variação da Necessidade de Capital de Giro" de determinado ano, a diferença entre a Necessidade de Capital de Giro deste ano, e a Necessidade de Capital de Giro no ano imediatamente anterior.

6.25.2.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos descritos na Cláusula 6.25.2 acima, que deverão ser informados em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu conhecimento pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas a serem realizadas no prazo mínimo previsto em lei. Se nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme o caso, em primeira convocação ou por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos solicitada pelos respectivos Debenturistas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não deliberação da assembleia geral de Debenturistas por falta de quórum de instalação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.25.3. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da respectiva Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração de cada Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas, por meio de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.25.3.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.25.1 e 6.25.2 acima, a Emissora poderá solicitar aprovação prévia dos Debenturistas em relação a qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nesta Escritura de Emissão, sendo que qualquer aprovação deverá ocorrer em sede de assembleia geral dos Debenturistas e observar aos quóruns estabelecidos na Cláusula 6.25.2.2 acima.

6.25.4. Para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, os "Contratos Relevantes" correspondem aos seguintes documentos: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs") e Contratos de Compra e Venda de Energia do Ambiente Livre, Contrato de Compra e Venda de Óleo Combustível com a BP Products North America Inc., Contrato de Prestação de Serviços de Armazenamento e Movimentação de Produto com a companhia Terminal Químico de Iratu S.A. – TEQUIMAR, Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilidade de Frota e Transporte de Óleo Combustível com a Transporte Rodoviário Nordeste Ltda., Contrato de Operação e Manutenção com a Wärtsilä Brasil Ltda. ("Contrato de Operação e Manutenção"), Contrato de Fornecimento de Equipamentos com a Wärtsilä Finland Oy, Contrato de EPC– *Engineering, Procurement and Construction* com a Tecmon Montagens Técnicas Industriais S.A., para fins de construção da usina da UTE Pernambuco III e Contrato de Arrendamento de parte da propriedade rural Engenho D'Água.

6.25.5. Para fins do disposto nos documentos da Oferta, entende-se por "Bancos de Primeira Linha", um banco com classificação de rating mínimo de AA+ em escala local de acordo com as agências Standard & Poor's ou Fitch Ratings ou equivalente da Moody's, dentre instituições financeiras dos seguintes grupos econômicos: (i) Banco do Brasil S.A; (ii) Caixa Econômica Federal; (iii) Banco Itaú Unibanco S.A.; (iv) Banco Bradesco S.A.; (v) Banco Santander (Brasil) S.A.; ou (vi) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo.

6.26. *Garantias Reais.*

6.26.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias:

(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (a) todos os direitos emergentes da Autorização; (b) todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Reserva; e (c) os CCEARs, bem como os direitos emergentes decorrentes dos CCEARs, conforme termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,

celebrado entre a Emissora o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A. como interveniente anuente, na qualidade de banco administrador ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e no Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Emissora o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco administrador ("Contrato de Administração de Contas"), observados os termos e condições de tais instrumentos ("Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios");

(ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da Emissora, detidas atualmente pelas Garantidoras, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das acionistas da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Ações Oneradas"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações, celebrado entre a Hidrotérmica, a Bolognesi, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente);

(iii) alienação fiduciária dos Equipamentos, conforme definidos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens Móveis", respectivamente, e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato Fiança Bancária Completion (conforme abaixo definido), denominados "Contratos de Garantia").

6.26.2. Adicionalmente à Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios, Alienação Fiduciária de Ações, Alienação Fiduciária de Equipamentos (doravante denominados, em conjunto, "Garantias Reais"), a Emissão contará com garantia adicional fidejussória, representada pela fiança bancária concedida pelo Itaú BBA, nos termos do Contrato de Fiança Bancária ("Fiança Bancária" e "Contrato Fiança Bancária", respectivamente e, quando em conjunto

com Garantias Reais, denominados "Garantias"), nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições da Cláusula 6.27 abaixo.

6.27. *Garantia Fidejussória.*

6.27.1. *Fiança Bancária.* Nos termos do Contrato de Fiança Bancária, firmado entre o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora, tendo como beneficiário o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato Fiança Bancária Completion"), o Coordenador Líder emitiu fiança no montante limitado a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, bem como de eventuais Encargos Moratórios, nos termos desta Escritura de Emissão de forma a garantir as Obrigações Garantidas até a efetiva entrada em operação da UTE Pernambuco III, observado que o Contrato Fiança Bancária *Completion* vigorará a partir da primeira Data de Integralização e até a data correspondente ao menor prazo entre (i) 12 (doze) meses a contar da primeira Data de Integralização; e (ii) 12 (doze) meses após a Emissora entrar em operação comercial, conforme autorização a ser concedida pelo Poder Concedente, por meio de publicação, no Diário Oficial da União, de despacho específico da superintendência de fiscalização dos serviços de geração do Poder Concedente, conforme verificado pelo Agente Fiduciário, sendo que neste último caso deverão ainda ser observadas as seguintes condições: (a) após a Emissora obter licença de operação da linha de transmissão, a ser emitida pela Agencia Estadual do Meio Ambiente - CPRH, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário, por meio do recebimento de cópia de referida licença a ser encaminhada pela Emissora; e (b) caso a Emissora esteja adimplente com todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário por meio de declaração da Emissora nos termos do **Anexo I** a esta Escritura de Emissão, em relação à observância das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. O decurso do prazo estabelecido nos termos dos itens (i) e (ii) acima constitui condição resolutiva do Contrato de Fiança Bancária *Completion*.

6.27.2. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

6.27.3. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias (conforme abaixo definido), o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

6.27.4. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos Contratos de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a instituição depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, os "Documentos das Garantias").

6.28. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, bem como serem encaminhados ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a referida publicação. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

6.29. *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(i) para a Emissora:

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Av. Engenho D'Água, s/n.º, Lote 666, Pau Ferro - Zona Rural.

CEP: 53670-000, Igarassu, PE

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) Garantidoras

Hidrotérmica S.A.

Avenida Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis

CEP 90520-002, Porto Alegre, RS

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

Bolognesi S.A.

Avenida Plínio Brasil Milano, 607, Bairro Higienópolis

CEP 90520-002, Porto Alegre, RS

At.: Paulo Cesar Rutzen

Tel.: (51) 3025-8080

Email: ri@utepeiii.com.br

(iii) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(iv) para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Praça Antonio Prado, nº 48

São Paulo, SP, Brasil.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ou na página da CVM na rede mundial de computadores:

(a) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas informações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, (ii) relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, devidamente calculados pela Emissora e auditados pelos auditores independentes contratados, explicitando as rubricas necessárias à apuração de tais Índices Financeiros e (iii) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, bem como da legitimidade, validade, ausência de vícios e veracidade do cálculo da apuração dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas de suas divulgações, (i) cópias de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, e (ii) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

(c) em até 2 (dois) Dias Úteis após os prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM 480 (com exceção daquelas previstas nas alíneas (a) e (b) acima);

(d) em até 2 (dois) Dias Úteis após os prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora;

(e) no prazo de até 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XX

abaixo;

(f) no prazo de até 5 (cinco) dias após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;

(g) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.28 acima;

(h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso VI abaixo, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;

(i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;

(j) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

II. informar e enviar os dados financeiros, atos societários necessários e organograma do grupo econômico da Emissora, para elaboração do relatório anual, conforme inciso XVII do artigo 12 Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados por escrito pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso XIII da Cláusula 8.5 abaixo. O respectivo organograma do grupo societário da Emissora deverá conter inclusive controladores, controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

III. manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- IV. atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- V. convocar assembleia geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário, devendo fazer, não o faça;
- VI. informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver conhecimento sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento Automático e, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tiver conhecimento de qualquer Evento de Inadimplemento Não Automático;
- VII. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- VIII. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- IX. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- X. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- XI. cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- XII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XIII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com o Contrato de Concessão e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

XIV. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 4 acima;

XV. envidar seus melhores esforços e praticar todos os atos necessários para manutenção do enquadramento da Emissão nos termos da Lei. 12.431/2011, de acordo os termos da regulamentação do Ministério de Minas e Energia;

XVI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, a agência de classificação de risco e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21 e/ou BOVESPA FIX);

XVII. efetuar, em até 2 (dois) Dias Úteis após solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4.5;

XVIII. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;

XIX. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

XX. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 01 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de

classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's Ratings; ou (ii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

XXI. informar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros, convocando na data da ciência a assembleia geral de Debenturistas;

XXII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

XXIII. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, na data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere à Cláusula 8.5., inciso XII, abaixo;

XXIV. notificar, em até 01 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Emissora, bem como do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida na referida assembleia geral de Debenturistas;

XXV. realizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será disponibilizado pelo Agente Fiduciário;

XXVI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

XXVII. apresentar semestralmente ao Agente Fiduciário, a partir de 15 de novembro de 2013, comprovante de manutenção de linha de crédito aberta (*standby*) em Banco de Primeira Linha, destinada exclusivamente à aquisição de combustível, com prazo mínimo de 12 (doze) meses e, saldo mínimo calculado nos termos da Cláusula 6.25.2, inciso XVI acima; e

XXVIII. observados os termos dos Contrato de Administração de Contas, manter os saldos mínimos requeridos para cada uma das Contas Reserva.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no

artigo 10 da Instrução CVM 28;

XI. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e

XII. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;

II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;

III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que um agente substituto seja indicado pela Emissora, seja aprovado pela assembleia geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;

IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a

CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;

V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 8º e 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, no caso de ser realizada em caráter permanente;

VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas, a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas, a que se refere o inciso IV acima não deliberar sobre a matéria;

VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.28 acima; e

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, receberá a seguinte remuneração ("Remuneração do Agente Fiduciário"):

(a) R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais), pagos em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes.

8.4.1 Os valores mencionados na alínea (a) da Cláusula 8.4 acima serão reajustados pela variação acumulada do IGPM, ou na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não

sanadas pela Emissora.

8.4.2 A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos valores relativos aos tributos que incidam sobre esta remuneração, quais sejam: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), bem como quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), conforme alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida a título de Remuneração do Agente Fiduciário, os valores em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.4.4 O pagamento da remuneração prevista na alínea (a) da Cláusula 8.4 acima será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.4.5 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, em até 10 (dez) Dias Úteis após a entrega de cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que tais despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de apresentação da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações,

quando necessárias ao desempenho das funções; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.4.5.1 Não obstante o disposto na Cláusula 8.4.5 acima, o Agente Fiduciário poderá ser reembolsado de despesas não aprovadas previamente pela Emissora, desde que estas tenham sido incorridas para proteger direitos dos Debenturistas ou em razão de obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão. Caso a despesa não tenha sido previamente aprovada, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.4.5.2 O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.4.1 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual

recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- V. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da incorrência da Emissora no descumprimento de obrigação não pecuniária;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- IX. solicitar, quando considerar necessário auditoria extraordinária na Emissora;

X. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas de cada uma das Séries, ou das quatro Séries em conjunto, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;

XI. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XII. elaborar e colocar à disposição relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) resgate, amortização e pagamentos de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;

(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
e

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela

Emissora, por sociedade coligada, controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:

- i. denominação da companhia ofertante;
- ii. valor da emissão;
- iii. quantidade de debêntures emitidas;
- iv. espécie;
- v. prazo de vencimento das debêntures;
- vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

XIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XII acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da companhia, ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;

XIV. divulgar as informações referidas no inciso XII, item (j) acima em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;

XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos

administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

XVIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

XIX. disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;

XX. acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

XXI. verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

XXII. examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

XXIII. intimar a companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.25 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;

III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem

seus créditos; e

IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial da Emissora.

8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.25 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6, incisos I, II e III acima, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures da respectiva Série em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.8 Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.9 O Agente Fiduciário somente agirá ou manifestar-se-á nos limites da Instrução CVM 28 e conforme disposto nesta Escritura de Emissão, bem como de acordo com orientações recebidas dos Debenturistas reunidos em assembleia geral dos Debenturistas, especialmente, mas não se limitando a, matérias que criem responsabilidades para os Debenturistas ou exonerem terceiros de obrigações para com estes.

8.10 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato relacionado à Emissão, à Oferta e às Debêntures que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas.

8.11 Na data de celebração da presente Escritura de Emissão e com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara, para os fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de valores mobiliários da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM, observado que as assembleias gerais de Debenturistas titulares de cada Série, serão realizadas em conjunto.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação e maioria dos presentes em segunda convocação.

9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 9.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações relativas às características das Debêntures, como por exemplo (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da criação de evento de repactuação; ou (f) de quaisquer dos termos previstos na Cláusula 6.25 e suas subcláusulas, sendo que tais alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;

9.6 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros, seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

9.7 Observadas as disposições da Cláusula 7.1 acima, inciso XXVI, será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara e garante que:

I. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;

II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

IV. esta Escritura de Emissão e os demais Contratos da Oferta e as obrigações aqui e ali previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos desta Escritura de Emissão constituirá, obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com a força de título executivo extrajudicial, no

termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

V. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, que foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e o(s) Coordenador(es), em observância ao princípio da boa-fé;

VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Contratos da Oferta, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades esteja vinculados; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (e) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades;

VII. as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, e suas informações trimestrais relativas aos períodos de 31 de março e 30 de junho de 2013, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis determinadas pela regulamentação aplicável;

VIII. desde 30 de junho de 2013 não houve qualquer impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, bem como não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora ou aumento substancial do endividamento da Emissora;

IX. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

X. exceto conforme informado no formulário de referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência") tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades

federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

XI. exceto conforme informado no Formulário de Referência, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral que tenha conhecimento e que não esteja sendo questionada pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante que tenha conhecimento e que não esteja sendo questionada pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

XII. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um efeito adverso relevante, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

XIII. obterá e manterá o registro de companhia aberta da Emissora atualizado perante a CVM, e suas informações ali contidas e tornadas públicas estão atualizadas até a presente data;

XIV. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Contratos da Oferta constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

XV. todas as declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão e nos demais Contratos da Oferta, bem como em todos os documentos da Oferta, são corretas e verdadeiras e não omitem qualquer fato relevante na data em que foram prestadas;

XVI. todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante;

XVII. as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que

venham a integrar os Prospectos ou Formulário de Referência, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

XVIII. as opiniões, análises e previsões que venham a ser expressas no Formulário de Referência em relação à Emissora serão dadas de boa-fé e expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

XIX. o Formulário de Referência (a) está devidamente atualizado; (b) contém e conterá durante todo o prazo de distribuição, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Emissora nos termos da Instrução CVM 480; (c) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e possa resultar em alteração relevante na situação econômica financeira ou jurídica da Emissora, em prejuízo aos Debenturistas; (d) não contém declarações falsas ou incorretas;

XX. não há outros fatos relevantes em relação à Emissora ou aos seus controladores, ou às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração dos Prospectos seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;

XXI. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções nos termos da presente Escritura de Emissão;

XXII. os Contratos Relevantes foram devidamente firmados, encontrando-se válidos e eficazes;

XXIII. a Portaria do Ministério de Minas e Energia foi devidamente obtida e encontra-se válida e eficaz.

10.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo,

requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

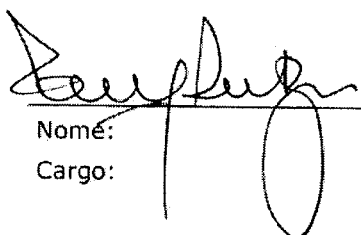
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.


São Paulo, 25 de outubro de 2013.

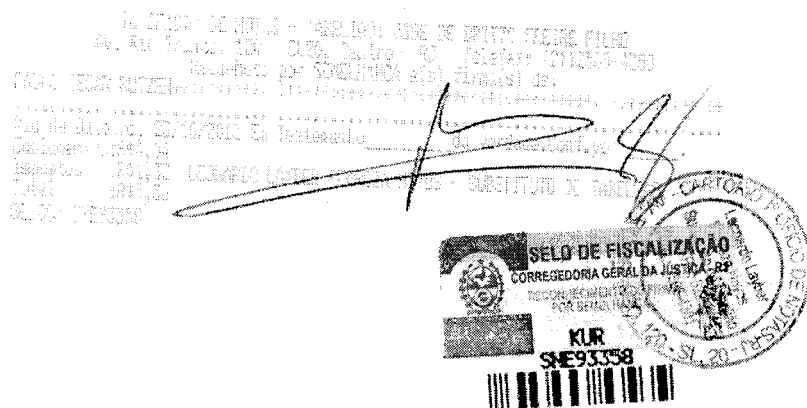
(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Página de assinaturas 1 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

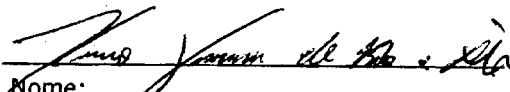

Nome:
Cargo:


Nome:
Cargo: Giancarlo P. Bratkowski
Diretor

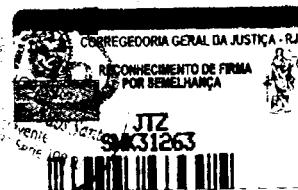


Página de assinaturas 2 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

2 Serviço Notarial RJ- Tabeliao ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131024113035
Reconheço por semelhança a firma de: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA
RA DE BRITO ESILV, a qual confere com o padrão arquivado em Cartório
Valores
Firma.....:R\$ 4.09
Proc.dados.....:R\$ 1.45
Total.....:R\$ 5.54
Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 2013.
Em testemunho _____ da verdade.
ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



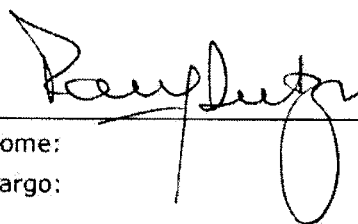
Página de assinaturas 3 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome:

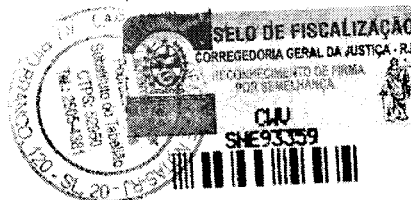
Cargo:



Nome:

Cargo:

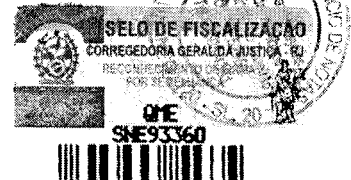
OFÍCIO DE NOTAS - TABELADO: 3082 DE TÍTULOS EIREPS FIDUCI
Av. Rio Branco, 100 - 9º andar - RJ - Telefone: (21) 2000-1000
Boleto de Pagamento nº 1.000.000,00
Data de Emissão: 25/10/2012
Valor: R\$ 1.000.000,00
Assinado digitalmente por PAULO SÉRGIO RÊGO
Data: 25/10/2012 14:00:00
Assinado digitalmente por PAULO SÉRGIO RÊGO - CUSTÓDIO DO TABELADO



HIDROTÉRMICA S.A.


Nome: Karl Dutz

Cargo: _____

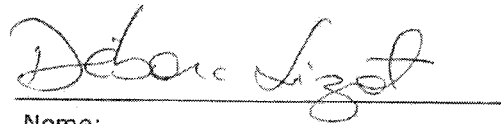
[illegible]

Página de assinaturas 5 de 5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia Real, e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A.

Testemunhas:



Nome: Marco Belbinot Azeiteiro
Id.: 8049503344
CPF: 004.686.630/29



Nome:
Id.: Débora Cristina Lizot
CPF: 593.416.370-15
CPF: RG: 6029535876

Anexo I

CERTIFICADO DE COMPLIANCE

[DATA]

À

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
AV. DAS AMÉRICAS, Nº 4.200, BL. 04, SALA 514
CEP: 22640-102 – RIO DE JANEIRO – RJ
At.: Srs. Nathalia Machado Loureiro/Marco Aurélio M. Ferreira

Fazemos referência ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Escritura de Emissão"), celebrado em [data], entre a Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Emissora"), Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a Hidrotérmica S.A. e a Bolognesi Participações S.A.. Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira, terão o significado estabelecido na Escritura de Emissão.

Os representantes legais da Emissora declaram, de forma irrevogável e irretratável, pra fins da cláusula 6.27.1 da Escritura de Emissão, que a Emissora está adimplente com todas as obrigações previstas da Escritura de Emissão e que estão devidamente autorizados a emitir o presente certificado.

As declarações prestadas pela Emissora, no âmbito na Escritura de Emissão, permanecem integralmente válidas e aplicáveis na presente data.

Termelétrica Pernambuco III S.A.